

IDEAU

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS:
ENTRE O NEOLIBERALISMO E A EMANCIPAÇÃO**

**CHALLENGES OF FINANCIAL EDUCATION IN SCHOOLS:
AMONG THE NEOLIBERALISM AND EMANCIPATION**

**DESAFÍOS DE LA EDUCACIÓN FINANCIERA EN LAS
ESCUELAS: ENTRE LOS NEOLIBERALISMO Y EMANCIPACIÓN**

Islander Fernandes de Andrade

Especialista em Educação, Faculdade FaSouza, Natal, Rio Grande do Norte,
Brasil. E-mail: islander.andrade@academico.ifpb.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-7235-8341>

Alysson André Régis Oliveira

Doutor em Ciências da Educação, Universidade do Rio Grande do Norte
(UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.
E-mail: alysson.oliveira@ifpb.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6921-8951>

RESUMO

A educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania. Observa-se, todavia, a predileção ao desenvolvimento parcial no que tange à educação financeira. A presente pesquisa tem como objetivo analisar o discurso de alfabetização financeira nas escolas como proposta para superação do excessivo endividamento social. Para alcançar essa finalidade, adotou-se uma metodologia para o desenvolvimento do presente trabalho que se utilizou da pesquisa exploratória, com natureza de pesquisa aplicada e procedimento técnico na pesquisa bibliográfica e documental. No decorrer dos pressupostos teóricos, observa-se que para além do discurso neoliberal de falta de conhecimento financeiro individual, enxerga-se um componente de desigualdade social por classes e que a escola pode ser uma instituição de manutenção ou mudança de ideologias dominantes do capital. Na conclusão, chegou-se ao posicionamento de que é necessária uma educação financeira crítica e emancipatória que substitua a educação técnica e alienada, quase sempre restrita ao acúmulo de dinheiro. Enfim, busca-se uma educação financeira que abranja a formação humana integral dos sujeitos para se alcançar a construção de uma sociedade mais equitativa, justa e consciente.

Palavras-chave: Alfabetização Financeira. Capital. Pedagogia Crítica. Paulo Freire. Emancipação.

Submitted on: 11.23.2024 | Accepted on: 11.25.2024 | Published on: 12.19.2024

ABSTRACT

Education aims to fully develop the student and prepare them for the exercise of citizenship. However, there is a predilection for partial development with regard to financial education. This research aims to analyze the discourse on financial literacy in schools as a proposal for overcoming excessive social debt. To achieve this purpose, a methodology was adopted for the development of this work that used exploratory research, with the nature of applied research and technical procedure in bibliographic and documentary research. In the course of the theoretical assumptions, it is observed that in addition to the neoliberal discourse of lack of individual financial knowledge, a component of social inequality by classes is seen and that the school can be an institution for maintaining or changing dominant ideologies of capital. In conclusion, the position was reached that critical and emancipatory financial education is necessary to replace technical and alienated education, almost always restricted to the accumulation of money. Ultimately, we seek financial education that encompasses the integral human formation of subjects to achieve the construction of a more equitable, fair and conscious society.

Keywords: Financial Literacy. Capital. Critical Pedagogy. Paulo Freire. Emancipation.

RESUMEN

La educación tiene como objetivo desarrollar plenamente al estudiante y prepararlo para el ejercicio de la ciudadanía. Sin embargo, existe predilección por un desarrollo parcial en lo que respecta a la educación financiera. Esta investigación tiene como objetivo analizar el discurso sobre la alfabetización financiera en las escuelas como propuesta para superar el excesivo endeudamiento social. Para lograr este propósito, se adoptó una metodología para el desarrollo de este trabajo que utilizó la investigación exploratoria, con carácter de investigación aplicada y procedimiento técnico en la investigación bibliográfica y documental. En el transcurso de los supuestos teóricos, se observa que además del discurso neoliberal de falta de conocimiento financiero individual, se ve un componente de desigualdad social por clases y que la escuela puede ser una institución para mantener o cambiar las ideologías dominantes del capital. En conclusión, se llegó a la posición de que es necesaria una educación financiera crítica y emancipadora para reemplazar la educación técnica y alienada, casi siempre restringida a la acumulación de dinero. En definitiva, buscamos una educación financiera que abarque la formación humana integral de los sujetos para lograr la construcción de una sociedad más equitativa, justa y consciente.

Palabras clave: Alfabetización financiera. Capital. Pedagogía crítica. Paulo Freire. Emancipación.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação destina-se ao “pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania” (Brasil, 1996), percebe-se, porém, a manutenção de uma “educação bancária”¹ neoliberal voltada para formação unilateral dos educandos, em vez da omnilateralidade².

As escolas vêm sendo tomadas como política de governo para promover uma alfabetização financeira em sintonia com a grande lógica do capital. A principal justificativa é que indivíduos que não possuem capacidade de tomar decisões financeiras conscientes, afetam o adequado desempenho do mercado, criando crises econômicas e agravando desigualdades sociais. Nesse sentido, é de fundamental importância política, econômica, social e educacional, o desenvolvimento de uma pesquisa que tem como objetivo analisar o discurso da educação financeira nas escolas como proposta para superação do excessivo endividamento social, sob uma perspectiva crítica e emancipatória, no que concerne a garantia da formação integral dos educandos.

Emerge então o seguinte questionamento: como a educação financeira pode ser abordada nas escolas para contribuir com a redução do problema do superendividamento social? Mediante um ensino focado em cálculos matemáticos e produtos bancários com o fim de capacitar os estudantes a gerenciar suas finanças de forma técnica. Ou por meio de uma pedagogia crítica que habilite os educandos a identificar os impactos de suas escolhas financeiras, tanto para si quanto para a sociedade em geral.

A problemática será respondida a partir da abordagem marxista³ e freiriana. Algumas das ideias que surgem na filosofia de Freire são decorrentes

¹ “Ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante” (Freire, 2018, p. 80)

² Conceitua-se omnilateralidade como sendo o “desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação” (Manacorda, 2010, p. 94).

³ Aqui empregado para abranger tanto obras do próprio Marx como dos autores adeptos de seu pensamento (ex. Mészáros). Embora, a terminologia mais adequada seria “marxiana” para se referir exclusivamente às obras criadas pelo próprio Marx e “marxista” para os demais teóricos inspirados nas ideias dele.

de temas ligados às obras de Marx. Eles evidenciam discussões de várias questões comuns: alienação, redução do homem ao estado de coisas, ideologia e consciência, práxis como unidade dialética entre pensamento e ação, destacando-se a luta de libertação dos sujeitos através da educação como transformação social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 NEOLIBERALISMO, TRABALHO E EDUCAÇÃO

Mészáros (2011, p. 16), ao estudar a obra de Marx, observa que “o capitalismo é uma das formas possíveis de concretização do capital, uma de suas variantes históricas, como ocorre na fase caracterizada pela subsunção real do trabalho ao capital”. Para que o capital se perpetue adequadamente, um elemento fundamental é necessário: a classe trabalhadora, que mantém o funcionamento do sistema por meio de trabalho manual e mentes alienadas. Nesse contexto, segundo Marx (2013), a classe trabalhadora excedente é essencial para a acumulação de capital dentro desse regime.

Dessa forma, essa classe excedente⁴ torna-se vital para o acúmulo de riqueza, pois o capitalismo se sustenta em uma estrutura baseada nas desigualdades entre os grupos sociais, onde os indivíduos são explorados e dominados, justificados pela meritocracia do indivíduo competitivo.

O neoliberalismo, por outro lado, é uma versão mais recente do capitalismo, surgida com a globalização e a reestruturação produtiva para atender às demandas do fluxo econômico internacional. Seus defensores, como Pereira (1992), argumentam que as crises passadas do capital não resultaram de suas contradições, mas sim de um Estado paternalista que investiu demais em políticas sociais. Assim, as crises seriam atribuídas ao assistencialismo estatal, e não à “mão invisível” do mercado.

⁴ Em seu livro “O capital”, Marx denomina de superpopulação relativa ou exército industrial de reserva a população supérflua, na qual a acumulação capitalista “produz constantemente [...] uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua” (Marx, 2013, p. 705).

No cenário neoliberal atual, o Estado adota medidas de austeridade, transferindo o peso das questões sociais para a classe trabalhadora, cortando programas como previdência, saúde e educação, além de manter os salários estagnados (Arthur, 2011). Isso resulta em transferência de responsabilidades e custos para o indivíduo, disfarçada por uma ideologia de empreendedorismo e iniciativa pessoal, onde o sucesso ou fracasso depende exclusivamente do esforço do trabalhador, que é deixado à própria sorte no sistema neoliberal.

Consequentemente, os indivíduos são empurrados para o mundo financeiro, muitos em situação de vulnerabilidade⁵ e sem compreensão das ferramentas de exploração capitalistas, tornando-se dependentes das regras e objetivos do mercado. Surge, então, a figura do devedor inadimplente, associada ao estigma de que possuir dívidas é sinal de incapacidade de administrar seus próprios recursos. Esse distanciamento, sustentado pelo trabalho alienado, reflete “a conexão essencial entre todo o estranhamento e o sistema do dinheiro. A propriedade privada é vista apenas como produto, consequência necessária do trabalho alienado, isto é, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo” (Marx, 1844, p. 80 *apud* Mészáros, 2011, p. 136).

O superendividamento tem causas multifacetadas, sendo uma delas a falta de conhecimento financeiro individual. De acordo com a Agência Senado: “Uma explicação para a alta inadimplência está na situação econômica do país, historicamente delicada, com salários baixos e desemprego elevado. Mas essa não é a única causa. As contas não pagas também têm um componente individual: o chamado analfabetismo financeiro” (Westin, 2019, S/P).

Os especialistas afirmam que, assim como qualquer tipo de ignorância, o analfabetismo financeiro se combate com educação, por isso, em 2010, o governo federal criou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)” (Westin, 2019, S/P). No entanto, com o aumento progressivo do endividamento,

⁵ Dentre as causas que colaboram para a difusão incondicionada de mercadorias financeiras para a massa trabalhadora precarizada, está a bancarização dos programas sociais de transferência de renda como o Bolsa Família que obrigam os beneficiários a manterem contas digitais. “Novas terras virgens” como diria o sociólogo polonês, o qual afirma que “o capitalismo é um sistema parasitário. Como todos os parasitas, pode prosperar durante certo tempo, desde que encontre um organismo ainda não explorado [financeiramente] que lhe forneça alimento” (Bauman, 2010, p. 08).

a eficácia desses projetos foi colocada em questão, o que levou à revisão e à criação de uma nova ENEF⁶ em 2020.

Talvez essa abordagem, que atribui o endividamento apenas à falta de educação financeira, ignore o fato de que o capitalismo tende a criar suas próprias crises, apresentando os mercados como supostamente controláveis, dependendo apenas do comportamento correto dos participantes (Arthur, 2011). Como observa Bustamante (2010, p. 21), “não se trata de uma escolha ou falta de educação financeira, os trabalhadores são pressionados ao endividamento crônico para obter acesso ao consumo atualizado pela elevação da cesta de bens que compõem o valor da força de trabalho”.

Além disso, alguns veem o endividamento como um reflexo das desigualdades sociais de classe: “O endividamento dos trabalhadores, longe de ser um fato individualizado e derivado de comportamentos irresponsáveis ou da falta de ‘educação financeira’, opera como uma forma de poder baseada na classe que disciplina todos os trabalhadores no mercado de trabalho” (Bustamante, 2020, p. 03).

Destarte, no neoliberalismo, eventuais crises econômicas provocadas pelo superendividamento não são vistas como problemas do capital, mas como resultado da incapacidade da classe trabalhadora de gerenciar adequadamente seu dinheiro, devido ao analfabetismo financeiro.

2.2. A FUNÇÃO DA ESCOLA NA (DES)ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA

Ideologias são um conjunto de crenças que simbolizam fenômenos sociais. “Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade ‘psicológica’: elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” (Gramsci, 1978, p. 63). A hegemonia, por sua vez, está no centro da análise das ideologias, pois, enquanto estas se ligam a uma

⁶ Para um maior aprofundamento, consultar **Decreto federal n. 10.393/2020**, disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10393.htm> Acesso em: 12 set. 2024.

visão de mundo, a hegemonia é o processo social de construção dessa visão, muitas vezes de forma distorcida, unilateral e despersonalizante, conforme Gramsci (1978).

As ideologias têm o papel de (re)produzir valores e crenças culturais, promovendo a adesão dos indivíduos à ordem social vigente e mascarando os interesses das classes dominantes. Mesmo diante de desigualdades e exploração, a ideologia hegemônica assegura que as relações sociais sejam aceitas e reproduzidas. Seu objetivo é fazer com que os indivíduos aceitem relações de poder assimétricas, com a classe dominante exercendo controle direto sobre a sociedade ou indiretamente por meio do Estado, que é “destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo” (Gramsci, 1978, p. 50).

Marx (2013), que vê a sociedade como uma constante luta de classes, argumenta que as instituições sociais devem ser analisadas à luz do sistema econômico. Ele acredita que as instituições educacionais fornecem mão de obra alienada à classe burguesa, a qual detém os meios de produção. A ideologia da classe dominante, disseminada no sistema educacional, busca preservar o estado das coisas, especialmente nas escolas públicas. Para Marx (2013), as escolas privadas são frequentadas por alunos cujas famílias já possuem melhores condições de vida e, portanto, simpatizam com essa ideologia, em oposição às escolas públicas, onde ocorre a disseminação ideológica para os filhos dos proletários.

Tanto agentes financeiros⁷ quanto o Estado⁸ apoiam a alfabetização financeira no ensino básico. Eles consideram que disseminar informações financeiras por meio de programas educacionais “melhorará o processo competitivo, permitindo que os participantes no mercado conheçam as

⁷ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial (BM), Banco Central do Brasil (Bacen), Federação Brasileira de Bancos (Febraban), dentre outros.

⁸ Para um maior aprofundamento, consultar o “Programa de *Educação Financeira nas Escolas*”, disponível em: <<https://www.gov.br/investidor/pt-br/educacional/criancas-e-jovens/programa-educacao-financeira-nas-escolas>> Acesso em: 14 mar. 2024.

características de risco-retorno do investimento e, portanto, decidam para onde o capital deve fluir” (OCDE, 2005, p. 37).

Assim, a alfabetização financeira é vista como uma ferramenta útil para a perpetuação do capitalismo, auxiliando no desenvolvimento econômico conforme os fundamentos da Teoria do Capital Humano. Essa teoria entende a educação como uma ferramenta econômica, quase como um fetiche, que “é capaz de operar o ‘milagre’ de qualificação social, econômica e política entre os indivíduos, grupos, classes e nações” (Frigotto, 2010, p. 20).

A escola, portanto, desempenha um papel central na reprodução ideológica, formando hábitos, práticas e comportamentos alinhados aos interesses do sistema capitalista. Contudo, seu poder não está isolado; a escola faz parte de um sistema maior de controle social que internaliza os valores do capital. Como Mészáros (2008, p. 44) aponta: “as instituições formais de educação são certamente uma parte importante do sistema global de internalização. Mas apenas uma parte. Quer os indivíduos participem ou não [...] devem ser induzidos a uma aceitação ativa [...] dos princípios reprodutivos”. Dessa forma, as escolas ajudam a manter os valores capitalistas, o que reforça a importância dos educadores na desconstrução dessas ideologias, especialmente através de uma pedagogia progressista. “A única força capaz de contribuir positivamente para o novo processo de transformação é a própria educação, cumprindo com isso seu papel de órgão social [...], pelo qual a reciprocidade mutuamente benéfica entre os indivíduos e sua sociedade se torna real” (Mészáros, 2008, p. 102).

Conforme a perspectiva marxista, a educação é uma superestrutura submetida aos determinantes econômicos das forças de produção. Por isso, alguns professores mais radicais rejeitam a inclusão da educação financeira no currículo escolar, pois entendem que ela serve para doutrinar valores capitalistas. Segundo eles, a alfabetização financeira seria uma pseudo-necessidade criada para garantir a expansão da produção e do consumo. “Na sociedade em que domina o espetáculo, a oposição a ela também é envolvida por ele” (Viana, 2011, p. 03).

Respeitando a visão de Viana, este estudo não desconsidera a importância da educação financeira nas escolas, desde que seja abordada de forma crítica, à luz das lições marxistas. Também sob a perspectiva freiriana, “a alfabetização torna-se um construto significativo a ponto de ser encarada como um conjunto de práticas que atuam quer para empoderar, quer para desempoderar as pessoas” (Freire, 2018, p. 122). Afinal, “romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente” (Mészáros, 2008, p. 47).

Por derradeiro, o conhecimento sobre dinheiro e sua gestão é essencial na alfabetização de qualquer cidadão, desde que seja conduzido de maneira crítica e reflexiva. Assim, uma abordagem pedagógica baseada nos ensinamentos de Paulo Freire é necessária para formar cidadãos financeiramente críticos e socialmente conscientes.

3 METODOLOGIA

Em relação à metodologia para o desenvolvimento do presente trabalho, utilizou-se da pesquisa aplicada, pois “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 51). Logo, procura-se gerar uma reflexão crítico-teórica sobre as práticas educativo-financeiras na escola, com expectativas de aplicação em quaisquer *lócus* pedagógico.

No que tange à abordagem do estudo, recorre-se ao método qualitativo, em sintonia com a análise de conteúdo de Bardin, a qual a caracteriza como: “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (Bardin, 2016, p. 41).

No tocante ao procedimento técnico, adota-se a pesquisa bibliográfica e documental, com coleta de informações teóricas viabilizadas em livros, revistas e trabalhos científicos publicados na internet, em que se busca uma variedade de linhas de pensamento e ideias de autores, principalmente marxistas, para o

enriquecimento e melhoria do embasamento da pesquisa. Logo, a pesquisa caracteriza-se pelo seu objetivo exploratório, já que “visa proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou construindo hipóteses sobre ele” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 52).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Baseada na concepção da pedagogia das competências, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é direcionada à educação básica, estipulando que as escolas incluam o ensino de educação financeira em seus currículos. Esse documento normativo orienta a estruturação dos currículos escolares nos três níveis federativos, organiza as políticas e ações educacionais voltadas à formação de professores, à avaliação dos métodos de aprendizagem e à seleção dos conteúdos a serem trabalhados.

Dado que a BNCC é o primeiro documento nacional a trazer o termo educação financeira de forma expressa e desempenha um papel central na estruturação dos currículos escolares atuais, optou-se por sua análise documental utilizando o método de análise de conteúdo de Bardin (2016). Este método é amplamente aplicado em pesquisas qualitativas, pois permite interpretar textos de maneira sistemática e objetiva, identificando padrões, temas e significados subjacentes (inferências) no conteúdo analisado.

4.1 ETAPAS DE ORGANIZAÇÃO E CODIFICAÇÃO

Na etapa de organização e codificação, a unidade de registro escolhida foi o tema⁹ (educação financeira), uma vez que “fazer uma análise temática, consiste em descobrir os «núcleos de sentido» que compõem a comunicação e cuja *presença*, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (Bardin, 2016, p. 105).

⁹ “O tema: a noção de tema, largamente utilizada em análise temática, é característica da análise de conteúdo. [...] O tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências, etc.” (Bardin, 2016, p. 105)

Como unidade de contexto, optou-se pelo capítulo que aborda o ensino médio na BNCC, pois esse segmento concentra as diretrizes específicas mais relacionadas à educação financeira. Esse recorte permite uma análise mais focada nas competências propostas para esse nível de ensino, facilitando a identificação de como a educação financeira deve ser trabalhada de forma transversal e integradora nos componentes curriculares.

Posteriormente, foi realizada a enumeração para saber se a “presença (ou ausência): no mesmo «texto», estão presentes os elementos a, b, c, d e e, cuja presença pode ser significativa, atuando como um indicador” (Bardin, 2016, p. 108). Foi verificado se o texto em questão continha termos que estivessem (in)diretamente relacionados ao tema escolhido (unidade de registro).

Com a conclusão desta etapa de organização e codificação, prosseguiu-se para as fases subseqüentes de categorização e interpretação dos dados, por meio das inferências, conforme descrito no método de Bardin, que será abordado a seguir.

4.2 ETAPAS DE CATEGORIZAÇÃO E INFERÊNCIAS

A categorização consiste em classificar elementos de um conjunto por meio de diferenciação e reagrupamento com base em critérios previamente definidos, conforme Bardin (2016). Após a codificação, a categorização deve seguir diferentes critérios, podendo ser sintático, léxico, semântico ou expressivo. Optou-se pelo critério semântico, que permite identificar e agrupar temas e padrões no conteúdo com base no significado e contexto dos termos. Na etapa de tratamento de dados, foi aplicada a técnica de inferência, onde o analista, após obter resultados confiáveis, faz inferências e apresenta interpretações relacionadas aos objetivos do estudo ou novas descobertas (Bardin, 2016, p. 101).

Com isso, foi elaborada a categorização das competências específicas por áreas do conhecimentos que orbitam sobre o tema educação financeira, mediante organização das evidências presentes no texto, descritores ligados à unidade de registro e as inferências realizadas, consoante Quadro 1:

Quadro 1. Competências relacionadas à educação financeira no ensino médio

Área do Conhecimento	Trecho da Competência	Descritores	Inferências
Matemática e suas Tecnologias	“Utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos, analisando a plausibilidade dos resultados e a adequação das soluções propostas, de modo a construir argumentação consistente” (p. 531).	Juros, funções exponenciais e logarítmicas, modelos financeiros, probabilidade e estatística.	A educação financeira pode ser trabalhada com cálculos de juros simples e compostos, análise de funções e modelos matemáticos aplicados.
Linguagens e suas Tecnologias	“Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global” (p. 490).	Consumo responsável, autonomia financeira, ética econômica.	A inserção de temas como consumo responsável e práticas econômicas sustentáveis incentiva o protagonismo nas decisões financeiras, promovendo uma reflexão crítica sobre a relação entre consumo, economia e sociedade.
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	“Analisar fenômenos naturais e processos tecnológicos, com base nas interações e relações entre matéria e energia, para propor ações individuais e coletivas que aperfeiçoem processos produtivos, minimizem impactos socioambientais e melhorem as condições de vida em âmbito local, regional e global” (p. 553).	Tecnologias sustentáveis, impacto financeiro e consumo consciente.	A interseção entre ciência e educação financeira pode ser trabalhada ao analisar os impactos das tecnologias sustentáveis e decisões de consumo, incentivando os estudantes a refletirem sobre práticas financeiras conscientes.
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	“Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global” (p. 570).	Economia justa, consumo responsável, distribuição de renda.	A análise crítica das relações de produção e consumo pode promover a educação financeira por meio de discussões sobre economia justa, distribuição de renda e impacto socioambiental das decisões econômicas.

Fonte: Elaborado a partir de BNCC (Brasil, 2018).

Em linhas gerais, a análise de conteúdo revela que em Matemática a abordagem da educação financeira é restrita a aspectos técnicos de cálculos, o

que pode limitar a sua compreensão integral. Não há uma discussão explícita sobre o impacto emocional, social e psicológico das decisões financeiras, o que é igualmente importante para a formação de uma cidadania financeira consciente.

Linguagens contém competência específica que busca uma visão mais abrangente e ética do ser humano, porém a educação financeira aparece apenas de forma implícita e diluída no discurso de consumo responsável. Isso pode enfraquecer o entendimento específico dos alunos sobre gestão e tomada de decisões financeiras no contexto pessoal e familiar.

Por sua vez, Ciências da Natureza também apresenta a mesma limitação, pois não aborda diretamente como as decisões de consumo sustentável impactam financeiramente os indivíduos ou as famílias. Embora a discussão sobre impacto socioambiental seja válida, falta uma conexão mais direta com o cotidiano financeiro dos alunos, o que poderia enriquecer a compreensão das consequências econômicas de escolhas mais sustentáveis.

A última área do conhecimento, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, embora exista competência que trata das relações de produção e consumo, poderia contemplar uma abordagem mais prática e voltada para a realidade financeira dos alunos, abordando temas como orçamento familiar, economia solidária e empreendedorismo.

Enfim, enquanto a educação financeira é tratada de maneira explícita na área de Matemática, nas outras áreas é tida de maneira implícita, o que pode comprometer a efetividade da sua aplicação transversal. Dessa forma, a BNCC apresenta uma lacuna ou obscuridade de conexão da educação financeira com as demais áreas do conhecimento, o que a torna incoerente com seu principal argumento da transversalidade. Devido a essa aparente facultatividade para as outras áreas, está atualmente em trâmite no Congresso Nacional, projeto de lei n. 3145/2020¹⁰ que visa alterar a LDB para incluir a educação financeira no rol dos temas transversais obrigatórios da educação básica.

¹⁰ Para maior aprofundamento, consultar **proposição legislativa**, disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1901042&filename=PL%203145/2020> Acesso em: 12 set. 2024.

A situação no ensino fundamental não é diferente. Ao analisar a BNCC, Lima (2021) observa que o termo “educação financeira” aparece exclusivamente na área de Matemática, tornando-se quase restrito às competências dessa disciplina no âmbito da educação básica. No entanto, ao buscar por descritores indiretos, como economia, consumo e recursos, é possível encontrar menções nas competências específicas de outras áreas do conhecimento.

Diante disso, surge a seguinte questão: como os professores de outras áreas poderão incorporar o tema da educação financeira em seus componentes curriculares? O desafio aumenta quando consideramos que muitos desses docentes não tiveram uma formação específica em educação financeira.

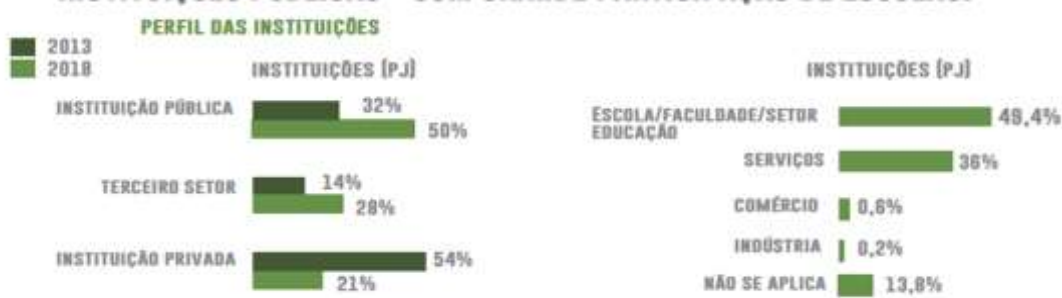
Embora a BNCC apresente termos promissores, ela não define claramente o que entende por educação financeira, limitando-se a conceitos matemáticos como porcentagens e juros, o que pode gerar uma visão reducionista sobre o assunto.

No entanto, outras áreas do conhecimento podem contribuir igualmente para a alfabetização financeira. Por exemplo, em Linguagens, é possível trabalhar a interpretação de boletos, faturas e contratos por meio de gêneros textuais. Além disso, “no trato cotidiano com a realidade financeira, surgem termos estrangeiros que, a princípio, parecem intraduzíveis: ‘hedge, spread, factoring, swap, leasing, royalties’, na maioria em inglês” (Perissé, 2014, p. 103), cujo entendimento facilita a compreensão das operações financeiras através do estudo da língua inglesa. Já em Ciências da Natureza, o impacto ambiental do consumo e suas consequências para a saúde humana podem ser discutidos. Um exemplo disso é que “a química pode nos mostrar como o uso de determinada droga (tabaco, maconha, álcool) [...] atua sobre o organismo do indivíduo e o torna escravo de um produto destruidor, a ponto de representar uma despesa constante, crescente e devastadora” (Perissé, 2014, p. 59). Por fim, as Ciências Humanas podem estimular debates sobre comércio e capitalismo, abordando questões como “a fome, a violência, o desemprego e as desigualdades sociais [...] que se relacionam com a maneira pela qual os povos e os indivíduos lutam pela sobrevivência e lidam com os recursos e dinheiro disponíveis” (Perissé, 2014, p. 18).

Ainda que a educação financeira não esteja explicitamente prevista em outras áreas do conhecimento na BNCC, nada impede que seja trabalhada de forma interdisciplinar, superando a fragmentação típica da pedagogia tradicional.

Todavia, é importante reconhecer que a implementação da BNCC contribuiu para a movimentação de iniciativas de alfabetização financeira nas escolas públicas brasileiras, conforme ilustra o Gráfico 1:

Gráfico 1. Mapeamento das iniciativas de alfabetização financeira nas escolas brasileiras
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS – COM GRANDE PARTICIPAÇÃO DE ESCOLAS.



Fonte: Relatório Anual 2018 (AEF-Brasil, 2018)

Anteriormente, a maioria dessas iniciativas eram observadas em escolas privadas (representando 54% em 2013). Esse cenário mudou após a publicação da BNCC em 2018, que incentivou a inclusão da educação financeira nas escolas públicas, com um aumento de 32% em 2013 para 50% em 2018, resultado do caráter normativo da BNCC.

De todo modo, é preciso reconhecer que instituições financeiras, governos e organizações não governamentais promovem uma alfabetização financeira que não questiona criticamente o sistema capitalista. Essas entidades parecem ignorar as causas macroestruturais da insegurança financeira, como salários estagnados, desigualdade econômica e desemprego estrutural, sugerindo que os problemas financeiros dos indivíduos podem ser resolvidos apenas com melhor investimento, economia e trabalho árduo. “Neste mundo novo, pede-se aos homens que busquem soluções privadas para problemas de origem social, e não soluções geradas socialmente para problemas privados” (Bauman, 2010, p. 50). Assim, consolida-se a ideologia dominante da elite bancária através da estratégia nacional de educação financeira nas escolas.

É importante que o debate sobre educação financeira nas escolas inclua não apenas instituições financeiras e governos, mas também outras vozes, como as dos educadores e pesquisadores, que possam contribuir para uma visão mais ampla e crítica sobre o tema. Dessa forma, será possível construir uma alfabetização financeira que prepare os alunos não apenas para serem consumidores conscientes, mas também para serem cidadãos capazes de questionar e transformar as estruturas econômicas que moldam suas vidas.

5 CONCLUSÃO

No decorrer desta pesquisa, viu-se que problemas socioeconômicos, como o superendividamento, são tidos pelas grandes instituições do capital como de responsabilidade exclusiva dos indivíduos, que não conseguem administrar bem suas finanças. Culpa-se a baixa educação financeira nas escolas e omite-se a responsabilidade metabólica do capital em provocar crises econômicas e problemas individuais.

Na corrida pela implantação da educação financeira nas escolas, observou-se a implantação de uma alfabetização predominantemente limitada a cálculos matemáticos pela BNCC (2018). Ignora-se a compreensão integral do papel do dinheiro na sociedade e o impacto individual das escolhas financeiras na coletividade e no meio ambiente. Sendo necessária a implantação de uma alfabetização financeira crítica e emancipatória contra a educação técnica e alienada de iniciativa dos representantes do capital, que se fazem presente nas atuais políticas públicas e educacionais do Estado, a exemplo da BNCC.

Na relação entre o neoliberalismo e a educação, Marx e Freire destacaram as tensões ideológicas e filosóficas que permeiam a discussão sobre como abordar a educação financeira nas escolas. Enquanto o neoliberalismo ressalta a autonomia individual, as perspectivas marxistas e freiriana instigam uma análise mais profunda das estruturas socioeconômicas que modelam a demanda de alfabetização financeira e as transformações sociais.

Com base nesses pensadores críticos, percebeu-se que a educação financeira não se resume a uma simples ferramenta para adaptação ao sistema

existente, mas também uma oportunidade para cultivar uma consciência crítica sobre as desigualdades econômicas e explorar possibilidades de transformação social. Por serem críticos à abordagem neoliberal da educação financeira, esses dois pensadores pregavam a necessidade de uma educação que não apenas habilitasse pessoas na gestão financeira, mas também as possibilitassem entender e questionar as estruturas sociais.

Uma problemática foi apresentada na introdução desta pesquisa e com ela algumas hipóteses levantadas para o fenômeno estudado, chega-se agora o momento de ser confirmada. A indagação levantada foi: como a alfabetização financeira pode ser abordada nas escolas para contribuir com a redução do problema do superendividamento social? Chegou-se à conclusão de que por atuar no alicerce da formação da consciência do cidadão, o professor precisa promover uma alfabetização financeira abrangente que agregue elementos da pedagogia crítica de Freire, ou seja, que enfatize a educação como uma ferramenta de conscientização e empoderamento. Ademais, a análise crítica marxista das estruturas socioeconômicas também serve de fundamento, pois enfatiza a necessidade de abordar as causas subjacentes do endividamento excessivo a partir das ideologias egoístas e mercenárias dos grandes agentes do capital. Sendo assim, é imprescindível também que a participação das escolas seja complementada por políticas públicas e sociais mais amplas para que haja uma efetiva redução do superendividamento.

Por conseguinte, defende-se aqui uma alfabetização financeira ampla que forme cidadãos autônomos e críticos na tomada de decisões na vida financeira e, assim possam contribuir para a construção de uma sociedade mais equitativa, estável e ambientalmente consciente. Ou seja, uma educação que gere oportunidades para que os educandos mudem sua visão acerca da realidade e até tragam soluções para as externalidades negativas do mundo.

REFERÊNCIAS

AEF-BRASIL. **Relatório Anual de 2018**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-anual-aefbrasil-2018.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

ARTHUR, Christopher. **Financial Literacy: Neoliberalism, the Consumer and the Citizen**. 2011. Thesis (Master of Arts). Department of Theory and Policy Studies Ontario, University of Toronto, Canadá, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo Parasitário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BRASIL. **Lei n. 9.394/96**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular. Brasília**. Brasília: MEC, 2018.

BUSTAMANTE, Julia. Endividamento dos trabalhadores como relação de classe: uma discussão teórica à luz da teoria marxista de dependência. In: XXV Encontro Nacional de Economia Política, Salvador, 2020. **Anais do XXV Encontro Nacional de Economia Política**. Salvador: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 65.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FRIGOTTO, Gaudencio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LIMA, Adriana de Souza. Educação Financeira no Antropoceno. **Em Teia**. Revista de Educação Matemática e Tecnologia Iberoamericana, Recife/PE, vol. 12, n. 2, 2021.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2010.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. 2. ed. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**: Rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo C. Castanheira. São Paulo: Boitempo. 2011.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**. Paris: OCDE, 2005.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A Crise do Estado**: Ensaio sobre a Economia Brasileira. São Paulo: Nobel, 1992.

PERISSÉ, Gabriel. **Formação integral**: educação financeira como tema transversal. São. Paulo: DSOP, 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da Educação Profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

VIANA, Nildo. Debord: espetáculo, fetichismo e abstratificação. **Revista Panorama-Revista de Comunicação Social**, v. 1, n. 1, agosto, 2011.

WESTIN, Ricardo. Despreparo financeiro da população é preocupante. **Agência Senado**. Brasília, 17 set. 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/despreparo-financeiro-da-populacao-e-preocupante>>. Acesso em: 03 dez. 2023.